



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**  
**NOS CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE TÉCNICO JUDICIÁRIO - C-332**

**COMUNICADO Nº 2, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013**

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO** comunica aos candidatos do Concurso Público C-332, o seguinte:

1. A nomeação dos candidatos aprovados no certame se dará mediante Ato da Presidência, cuja publicação no Diário Oficial da União está prevista para o dia **6 de dezembro de 2013, considerando o prazo previsto no item 4, deste comunicado.**
2. Somente tomarão posse os candidatos que entregarem todos os documentos e exames médicos exigidos pelo Tribunal e após serem considerados aptos na avaliação médica pré-posse.
3. A entrega dos documentos e a avaliação médica constante do inciso 12 do Edital de Inscrição, estão previstas para o período **entre 6 e 19 de dezembro de 2013,** inclusive para os os candidatos com deficiências que forem nomeados.
4. Conforme consta do inciso 12.2 do edital de inscrição, os candidatos a serem nomeados deverão indicar **a localidade de seu interesse, dentre as disponíveis no quadro II do inciso 15 deste aviso, no prazo de cinco 5 dias úteis, contados da publicação do edital do resultado final do certame que está previsto para divulgação no dia 27.11.2013, ou seja, de 28.11 a 4.12.2013, improrrogavelmente,** em ordem de sua preferência ou declarar que não tem interesse em ser nomeado para nenhuma das localidades.
5. As manifestações acima deverão ser encaminhadas, via correio eletrônico, diretamente ao endereço eletrônico [concurso2013@trt8.jus.br](mailto:concurso2013@trt8.jus.br), conforme declaração (**Modelo 1**) constante do anexo deste comunicado e serão recebidas **entre 8 horas do dia 28 de novembro de 2013 e 23 horas e 59 minutos do dia 4 de dezembro de 2013, observado o horário oficial de Belém/PA.**
6. O candidato que não tiver interesse na nomeação para as localidades ofertadas neste comunicado, manterá sua classificação e aguardará nova chamada, desde que se manifeste **no prazo constante do item 4,** conforme previsão constante nos incisos 12.3 e 12.5 do edital de inscrição, podendo utilizar a declaração própria (**Modelo 2**) constante do anexo deste comunicado.
7. O candidato que não se manifestar **no prazo constante do item 4 deste comunicado,** será nomeado automaticamente e sua lotação ficará a critério da Administração, obedecida a ordem cronológica das vagas remanescentes.
8. As desistências apresentadas após **o prazo constante do item 4 deste comunicado,** serão indeferidas, liminarmente, pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRT 8ª Região.
9. A lotação dos candidatos será fixada por meio de Portaria da Presidência na data da posse dos mesmos.
10. Em se tratando de servidor que, na data de publicação do ato de provimento, esteja em licença prevista nos incisos I, III e V do artigo 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI e VIII, alíneas “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, IX e X do artigo 102, da Lei nº 8.112/90, alterada pela Lei nº 9.527, o prazo será contado do término do impedimento.
11. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória do respectivo cargo/área/especialidade.
12. O candidato habilitado que aceitar a nomeação deverá permanecer na localidade para a qual for nomeado, **não sendo apreciados pedidos de remoção antes de decorridos 3 (três) anos do efetivo exercício no cargo/área/especialidade,** exceto nas situações prescritas em lei.
13. **Ao candidato nomeado serão exigidos os seguintes documentos antes da posse:**
  - a) Comprovação dos requisitos/escolaridade previstos no item 2 do edital de inscrição (cópias autenticadas);
  - b) Carteira de Identidade (cópia autenticada);
  - c) Certidão de Nascimento ou Casamento (cópias autenticadas);
  - d) Comprovante de inscrição no CPF (Cadastro de Pessoas Físicas)(cópia autenticada);
  - e) Se já for cadastrado no PIS ou PASEP;
  - f) Título de Eleitor (cópia autenticada);
  - g) Prova de quitação com as obrigações militares/Certificado de Reservista (sexo masculino) (cópia autenticada);
  - h) **2 (duas) fotografias 3x4 atuais e coloridas (de frente e sem chapéu e, para os homens, com camisa de gola social e gravata)**



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO

- i) Certidões Negativas de antecedentes criminais dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos, expedida pelos seguintes Órgãos:
- Justiça Federal (cível e criminal), obtida via internet, onde deve ser solicitada a sua autenticidade;
  - Justiça Eleitoral (quitação e negativa de crime eleitoral), obtida via internet no site [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br), onde deve ser solicitada sua autenticidade;
  - Justiça Estadual ou Distrital (criminal), obtida nos respectivos Foros com sua autenticidade;
  - Justiça Militar Federal, obtida via internet pelo site [www.stm.jus.br](http://www.stm.jus.br), onde deve ser solicitada sua autenticidade;
  - Justiça Militar Estadual, obtida no referido Foro com sua autenticidade;
  - Tribunal de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município, obtidas nos respectivos Foros, onde deve ser solicitada sua autenticidade;
  - Conselho Nacional de Justiça (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa);
  - Conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão;

**OBS: Certidões que apresentarem ocorrências deverão ser acompanhadas das certidões explicativas.**

- j) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei nº 8.112/90, (conforme **Modelo 3** em anexo);
- k) Declaração de acumulação ou não acumulação de cargos e empregos, funções ou proventos de aposentadoria com o cargo que passará a ocupar (conforme **Modelo 4** em anexo);
- l) Declaração de parentesco até o terceiro grau, inclusive dos respectivos membros ou juízes vinculados (conforme **Modelo 5** em anexo);
- m) Declaração dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos dez (10) anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público;
- n) Declaração de Bens e Rendas ou da autorização de acesso às informações de Bens e Rendas, nos termos dos art. 2º e 3º da INSTRUÇÃO NORMATIVA – TCU Nº 67, de 6 de julho de 2011 (conforme **Modelos 6 e 7** em anexo);
- o) Declaração de Apresentação de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (**Modelo 8** em anexo);
- p) No caso de ser funcionário público, **prova de exoneração ou vacância do outro cargo (na data da posse para não haver interrupção do tempo de serviço)**;
- q) Termo de responsabilidade e manutenção de Sigilo, (conforme **Modelo 9** em anexo);
- r) Termo de responsabilidade pela autenticidade das informações e documentação apresentadas, (conforme **Modelo 10** em anexo).

### 14. Os candidatos deverão observar, ainda, o seguinte:

- a) Preencher a Ficha de Dados Pessoais, (em anexo);
- b) Apresentar os Exames médicos e laboratoriais exigidos pela Coordenadoria de Assistência à Saúde do Tribunal realizados às expensas dos candidatos (conforme relação anexa). Os exames complementares exigidos pela Coordenadoria de Assistência à Saúde também serão realizados às expensas dos candidatos e servirão como elementos subsidiários à avaliação médica pré-posse.
- c) Não serão aceitos protocolos dos documentos oficiais exigidos, nem fotocópias não autenticadas em cartório.
- d) O exercício da advocacia é incompatível com o exercício de cargo ou função do Poder Judiciário ( inciso IV do art. 28 do Estatuto da OAB), mesmo durante licença/afastamento não remunerado (§ do 1º do mesmo artigo), devendo a inscrição na OAB ser cancelada, a pedido do candidato em fase de posse neste Egrégio Tribunal.
- e) A não apresentação dos documentos, dentro do prazo previsto pela Lei nº 8.112/90, com a alteração da Lei nº 9.527/97, implicará em que seja tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato.
- f) Além da apresentação dos documentos relacionados acima, a posse do candidato ficará condicionada à realização da avaliação médica, da qual resultará o laudo de apto para a posse expedido pela equipe médica do TRT da 8ª Região.
- g) Dado o seu caráter eliminatório, o não comparecimento à avaliação médica na data e horário agendados pela Administração implicará na eliminação do candidato da lista de aprovados no concurso.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**

- h) Os candidatos que não tomarem posse no prazo legal, também serão desclassificados e excluídos do concurso para todos os fins.
- i) A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pelo Tribunal, ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

**15. Em 2013 serão ofertadas 204 (duzentas e quatro) vagas conforme os quadros abaixo:**

**Quadro I**

<b>Cargo Efetivo</b>	<b>Quantidade de Vagas Ofertadas aos Candidatos da Lista Geral</b>	<b>Quantidade de vagas para Pessoas com Deficiência da Lista Especial</b>
Ana.Jud.-Área Administrativa	4	1
Ana.Jud.-Área Judiciária	69	4
Ana.Jud.-Oficial de Justiça Avaliador	18	1
Ana.Jud.Arquitetura	1	0
Ana.Jud.Enfermagem	1	0
Ana.Jud.Engenharia Civil	2	0
Ana.Jud.Engenharia Elétrica	2	0
Ana.Jud.Medicina do Trabalho	1	0
Ana.Jud.Psicologia	1	0
Ana.Jud.Tecnologia da Informação	2	0
Técnico Judiciário-Área Administrativa	89	5
Técnico Judiciário-Enfermagem	3	0
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>11</b>
<b>Total de Vagas</b>	<b>204</b>	

**Quadro II**

<b>Cargos</b>	<b>Quantidade de Vagas</b>	<b>Localidade de Lotação</b>	<b>Quantidade da Lista Geral</b>	<b>Quantidade da Lista Especial</b>
Analista Judiciário/Área Administrativa	5	Belém	4	1
Analista Judiciário/Área Judiciária	1	Abaetetuba	69	4
	2	Ananindeua		
	5	Belém		
	1	Breves		
	31	Macapá		
	14	Marabá		
	1	Paragominas		
	16	Parauapebas		
	1	Santa Izabel do Pará		
1	Tucuruí			
Analista Judiciário/Área Judiciária/Especialidade Execução de Mandados	2	Altamira	18	1
	1	Breves		
	1	Itaituba		



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**

	4	Macapá		
	1	Marabá		
	2	Monte Dourado/Laranjal do Jari		
	1	Óbidos		
	6	Parauapebas		
	1	Xinguara		
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Arquitetura	1	Belém	1	-
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Enfermagem	1	Belém	1	-
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Engenharia Civil	2	Belém	2	-
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Engenharia Elétrica	2	Belém	2	-
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Medicina do Trabalho	1	Belém	1	-
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Psicologia	1	Belém	1	-
Analista Judiciário/Área Apoio Especializado/Esp. Tecnologia da Informação	2	Belém	2	-
Técnico Judiciário/Área Administrativa	4	Abaetetuba	89	5
	9	Ananindeua		
	2	Altamira		
	14	Belém		
	1	Breves		
	3	Itaituba		
	20	Macapá		
	7	Marabá		
	4	Monte Dourado/Laranjal do Jari		
	19	Parauapebas		
	3	Redenção		
	1	Tucuruí		
7	Xinguara			
Técnico Enfermagem/Área Apoio Especializado/Esp. Enfermagem	3	Belém	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>		<b>193</b>	<b>11</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**

**16.** Os esclarecimentos adicionais acerca deste comunicado poderão ser obtidos, por meio de contato com os telefones a seguir: **4008-7093** e **4008-7207**, nos horários entre 8 e 15h00, ou por meio do seguinte endereço eletrônico: [diretoria.geral@trt8.jus.br](mailto:diretoria.geral@trt8.jus.br).

**Belém, 11 de novembro de 2013**

**ODETE DE ALMEIDA ALVES**  
Presidente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**  
**ANEXO - COMUNICADO C-332- 11.11.2013**



**DECLARAÇÃO (MODELO 1)**

Eu, \_\_\_\_\_, aprovado no Concurso Público C-332, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,  
declaro perante o Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, que tenho interesse em ser nomeado(a) para lotação na(s) localidade(s), ora ofertada(s), na seguinte ordem de preferência:

<b>Ordem de Preferência</b>	<b>Localidades</b>
1º	
2º	
3º	
4º	
5º	
6º	
7º	
8º	
9º	
10º	
11º	
12º	
13º	
14º	
15º	
16º	
17º	
18º	
19º	

Belém, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332 – 11.11.2013**



**D E C L A R A Ç Ã O (MODELO 2)**

Eu, \_\_\_\_\_, aprovado no Concurso Público C-332, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, declaro perante o Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, que não tenho interesse em ser nomeado(a) para lotação na(s) localidade(s) ora ofertada(s), porém, tenho interesse em lotação na(s) localidade(s) abaixo relacionadas na seguinte ordem de preferência:

<b>Ordem de Preferência</b>	<b>Localidades</b>
1º	
2º	
3º	
4º	
5º	
6º	
7º	
8º	
9º	
10º	
11º	
12º	
13º	
14º	
15º	
16º	
17º	
18º	
19º	

Belém, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332 –11.11.2013**



**D E C L A R A Ç Ã O (MODELO 3)**

\*\*\*\*\***DECLARO**, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 137 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, abaixo transcrito, que \_\_\_\_\_ demissão ou destituição de cargo em comissão -  
(sofri/não sou)   
sou, por infringência do artigo 117, incisos IX e XI, bem como do artigo 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

*Art. 137. A demissão ou destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.*

*Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.*

Belém,        de        de

---

**Assinatura Completa**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332 – 11.11.2013**



**DECLARAÇÃO (MODELO 4)**

------(NOME),

------(CARGO),

tendo em vista o disposto no art. 37 , inciso XVI e XVII da Constituição Federal e artigos 6º e 7º, § 1º, da Lei 8.027, de 12.04.90, DECLARA que \_\_\_\_\_ cargo(s), emprego(s) e fun -

(não acumula/acumula)

ção(ões) públicas(s), incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, e Fundações mantidas pelo Poder Público, com o que exerce neste Tribunal Regional do Trabalho.

Belém, de .....de .....

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**

**ACUMULAÇÃO POSITIVA**

1º ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

HORÁRIO DE EXPEDIENTE: \_\_\_\_\_

2º ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

HORÁRIO DE EXPEDIENTE: \_\_\_\_\_

Obs: Este documento não contém emendas ou rasuras.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – TRT 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332 – 11.11.2013**

**D E C L A R A Ç Ã O (MODELO 5)**

**DECLARO**, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, para os fins previstos no art. 10 da Lei nº 9.421/96, abaixo transcrito, que \_\_\_\_\_ (**posso / não posso**) cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive dos respectivos membros ou juízes vinculados.

*Art. 10 - No âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo é vedada a nomeação ou designação, para os Cargos em Comissão e para as Funções Comissionadas de que trata o art. 9º de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, salvo a de servidor ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras Judiciárias, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir junto ao Magistrado determinante da incompatibilidade.*

Belém,        de        de

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**

1.        **No caso de possuir parentesco, informar:**

**NOME:**.....

\_\_\_\_\_

**TIPO DE PARENTESCO:** .....

\_\_\_\_\_



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332 – 11.11.2013**

**(MODELO 6)**

**DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS – DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA-TCU Nº 67, DE 6 DE JULHO DE 2011**

**FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS (DBR)**

**I - PATRIMÔNIO DO DECLARANTE**

TIPO DO BEM (1)	DESCRIÇÃO DO BEM (2)	VALOR DE AQUISIÇÃO (3)	DATA DE AQUISIÇÃO (4)	VALOR VENAL ATUALIZADO (5)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO (6)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (7)

Observações:

- (1) Para cada bem, informar um único tipo: imóvel, móvel, semovente, veículo terrestre, embarcação, aeronave, títulos ou valores mobiliários, aplicação financeira, depósitos em conta bancária.
- (2) Para cada bem, informar as características que o descrevem ou identificam.
- (3) Para cada bem, informar o valor de aquisição constante no instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito, expresso em moeda nacional, se adquirido no Brasil, ou na moeda do país onde o bem foi adquirido.
- (4) Para cada bem, informar a data de aquisição constante no instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito.
- (5) Para cada bem, quando não for possível informar o valor de aquisição, informar o valor de venda atualizado até a data do último mês que integra o período relativo à DBR.
- (6) Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro a que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.
- (7) Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.

**II - DÍVIDAS E ÔNUS DO DECLARANTE**

DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO (1)	DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2)

Observações:

- (1) Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro a que se refere a DBR.
- (2) Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR.

**III - RENDIMENTOS DO DECLARANTE**

RENDIMENTO TRIBUTÁVEL (1)	
RENDIMENTO NÃO TRIBUTÁVEL (2)	
RENDIMENTO SUJEITO À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (3)	
RENDIMENTO DO CÔNJUGE (4)	
IMPOSTO PAGO (5)	
IMPOSTO PAGO SOBRE GANHO DE CAPITAL (6)	
RESULTADO NEGATIVO DA ATIVIDADE RURAL (7)	
OUTROS PAGAMENTOS (8)	

Observações:

- (1) Informar o total de rendimento tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR que compõe a base de cálculo para fins de apuração do imposto pago a título de IRPF.
- (2) Informar o total de rendimento não tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
- (3) Informar o total de rendimento sujeito à tributação exclusiva obtido no exercício financeiro a que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

se refere a DBR.

(4) Informar o total geral de rendimentos obtido pelo cônjuge no exercício financeiro a que se refere a DBR, quando for o caso.

(5) Informar o total de imposto pago a título de IRPF no exercício financeiro a que se refere a DBR.

(6) Informar o total de imposto pago sobre o ganho de capital aferido no exercício financeiro a que se refere a DBR.

(7) Informar o prejuízo apurado com atividade rural, quando for o caso.

(8) Informar outros pagamentos efetuados no exercício financeiro a que se refere a DBR.

**IV - INFORMAÇÕES PRESTADAS À RFB**

Declaro que as informações constantes do presente formulário são as mesmas constantes da Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil, relativa ao exercício financeiro de \_\_\_\_\_ (1).

Número do recibo de entrega da Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil: \_\_\_\_\_ (2).

Observações:

(1) Informar o exercício financeiro a que se refere a Declaração Anual de ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil e que serviu de base para a elaboração da DBR.

(2) Informar o número do recibo de entrega da Declaração Anual de ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil.

_____ LOCAL E DATA	_____ ASSINATURA Autoridade / Servidor
-----------------------	----------------------------------------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

**A N E X O - COMUNICADO C-332 – 11.11.2013**

**(MODELO 7)**

**AUTORIZAÇÃO DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA-TCU Nº 67, DE 6 DE JULHO DE 2011**

**FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DE BENS E RENDAS DAS  
DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA**

1)

<b>DADOS PESSOAIS</b>			
MATRICULA Nº		CPF Nº	
NOME			
CARGO/FUNÇÃO		CÓDIGO	
UNIDADE DE LOTAÇÃO		RAMAL	

2)

<b>AUTORIZAÇÃO</b>
Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a ter acesso aos dados de Bens e Rendados exigidos nas mencionadas Leis, das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

3)

_____ LOCAL E DATA	_____ ASSINATURA AUTORIDADE/SERVIDOR
-----------------------	--------------------------------------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332 -11.11.2013**  
**(MODELO 8)**

**DECLARAÇÃO**

DECLARO para fins de nomeação junto ao Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, que:

( ) não apresentei declaração junto à Receita Federal no ano base (20\_\_\_), por ser dependente de contribuinte, e que \_\_\_\_\_ bens.  
(posso/não posso)

( ) apresentei declaração junto à Receita Federal no ano base (20\_\_\_), e que \_\_\_\_\_ bens.  
(posso/não posso)

Abaixo relaciono os bens:

---

---

---

---

( ) de 1º de janeiro/20\_\_\_ até a presente data, não houve variação patrimonial.

( ) de 1º de janeiro/20\_\_\_ até a presente data, houve a seguinte variação patrimonial:

---

---

---

Belém, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**

\*OBS.: Ao relacionar os bens, deve ser informado o valor e data de aquisição.  
No caso de decréscimo patrimonial, deve ser informado o valor e data.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

**A N E X O - COMUNICADO C-332- 11.11.2013**  
**(MODELO 9)**

***TERMO DE RESPONSABILIDADE E MANUTENÇÃO DE SIGILO***

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade número \_\_\_\_\_, expedido pelo (a) \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, comprometo-me a guardar segredo acerca de assuntos classificados como sigilosos dos quais tenha tomado conhecimento ou tido acesso em razão de meu ofício **no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, a zelar pela proteção dos documentos, materiais, áreas e sistemas de informação sob minha responsabilidade, e a usar, em estrito interesse e razões de serviço, as máquinas, equipamentos e sistemas colocados à minha disposição para o exercício funcional, em conformidade com o previsto nos Artigos 153, 154, 314, 325 e 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO); no Art. 207 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL); nos Artigos 13, 14 e 21 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (LEI DE SEGURANÇA NACIONAL); nos Artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990 (NORMAS DE CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS); nos Artigos 116, 117, 132 e 243 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO); no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO); nos Artigos 4º, 6º, 23 e 25 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 (LEI DE ARQUIVOS) e no decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (SALVAGUARDA DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E MATERIAIS SIGILOSOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE E DO ESTADO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL). Comprometo-me, ainda, a observar e cumprir o prescrito na Política e nas Normas de Segurança Institucional do **Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região**, consubstanciadas na Resolução TRT8 número 289/2008, bem como em outros normativos que vierem a ser aprovados regimentalmente e implementados no âmbito da Organização. E por estar de acordo com o presente Termo, assino-o na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**

\_\_\_\_\_  
**(Testemunha)**

\_\_\_\_\_  
**(Testemunha)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

**A N E X O - COMUNICADO C-332- 11.11.2013**

**(MODELO 10)**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO APRESENTADAS.**

**NOME:** \_\_\_\_\_

**NACIONALIDADE:** \_\_\_\_\_ **NATURALIDADE:** \_\_\_\_\_

**ESTADO CIVIL:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**RG/SSP Nº:** \_\_\_\_\_ **CPF Nº:** \_\_\_\_\_

**CARGO:** \_\_\_\_\_

**LOTAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**DECLARO, sob as penas da Lei, em decorrência de minha nomeação e posse no cargo supracitado, em atendimento ao disposto na legislação federal vigente, em especial na Lei nº 8.112/90, no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região e no Edital do Concurso Público nº C- 332, que os documentos apresentados e informações prestadas junto à Secretaria de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, são fiéis e verdadeiras. E, por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.**

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_  
**Assinatura Completa**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**

**A N E X O - COMUNICADO C-332- 11.11.2013**

**FICHA DE DADOS PESSOAIS**

NOME:							
DATA/NASCIMENTO:	___/___/___	SEXO:					
ESTADO CIVIL:							
ENDEREÇO:							
BAIRRO:				CIDADE:			
PAÍS:			CEP:			UF:	
TELEFONE(S):							
E-MAIL:							
NOME DO PAI:							
NOME DA MÃE:							

GRAU DE INSTRUÇÃO:			
FORMAÇÃO BÁSICA/GRADUAÇÃO:			
PÓS-GRADUAÇÃO:			

RAÇA:			COR:			
DOADOR DE ÓRGÃO:	SIM( ) NÃO( )		DOADOR DE SANGUE:	SIM( ) NÃO( )		
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA:	SIM( ) NÃO( )		TIPO SANGÜÍNEO:			
NATURALIDADE:				UF:		
NACIONALIDADE:				CHEGADA NO PAÍS:	___/___/___	

**II - DADOS DO CÔNJUGE**

NOME CÔNJUGE:						
DATA DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE:	___/___/___					
PROFISSÃO:						
EMPREGO:						
DATA DE CASAMENTO:	___/___/___					

**III - DOCUMENTAÇÃO**

**CPF**

NÚMERO:						
---------	--	--	--	--	--	--

**RG/IDENTIDADE**

TIPO:				NÚMERO:			
ÓRGÃO:				UF:			
DT. EXPEDIÇÃO:	___/___/___						

**TÍTULO DE ELEITOR**

NÚMERO:			ZONA:			SEÇÃO:			UF:		
DATA DE EXPEDIÇÃO:	___/___/___										



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**CERTIFICADO MILITAR**

NÚMERO:		CATEGORIA:	
REGIÃO:		DATA DE EXPEDIÇÃO:	__/__/__
ÓRG. EMISSOR:		SÉRIE:	

**CARTEIRA DE MOTORISTA**

NÚMERO:		CATEGORIA:	
REGISTRO:		DATA DE EXPEDIÇÃO:	__/__/__
DATA DE VALIDADE:	__/__/__	UF:	

**REGISTRO PROFISSIONAL**

NÚMERO:		REGISTRO:	
REGIÃO:		UF:	
		DATA DE EXPEDIÇÃO:	__/__/__
ÓRGÃO EMISSOR:			

**PIS/PASEP**

NÚMERO:	
---------	--

**IV - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS**

BANCO:		AGÊNCIA:	
OPERAÇÃO:		C/CORRENTE:	

**V - OUTRAS INFORMAÇÕES**

NÚMERO DE FILHOS:	DATA DE NASC.
NOME:	/ /

EMPREGOS ANTERIORES:	PERÍODOS DE ATUAÇÃO
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

POSSUI PARENTES NO TRT?	( ) SIM ( ) NÃO
CASO AFIRMATIVO, INDIQUE O(S) NOME(S) E GRAU DE PARENTESCO:	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**




**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
**A N E X O - COMUNICADO C-332-11.11.2013**



**RELAÇÃO DE EXAMES NECESSÁRIOS PARA POSSE DE SERVIDORES:**

**PARA TODOS OS CANDIDATOS:**

- Hemograma completo;
- Glicemia;
- Colesterol Total e HDL;
- Triglicerídeos;
- Creatinina;
- Tipagem Sanguínea e Fator RH;
- EAS;
- anti hcv;
- hbsag;
- Teletórax PA e Perfil;
- AST(TGO);
- ALT(TGP);
- Citologia Oncótica (Papanicolau)- mulheres (últimos 12 meses);
- Laudo Psiquiátrico (médico especializado do SUS ou particular);
- Laudo Oftalmológico (médico especializado);
- Laudo Otorrinolaringológico (médico especializado);

**PARA CANDIDATOS COM MAIS DE 40 ANOS:**

- Laudo Cardiológico com Eletrocardiograma(médico especializado);
- Mamografia, mulheres (últimos 12 meses);

**PARA CANDIDATOS COM MAIS DE 45 ANOS:**

- PSA (livre e total) - homens;

**OBSERVAÇÕES:**

Conforme orientação da Coordenadoria de Saúde, os exames têm validade de 90 (noventa) dias.